

120

QUESTÕES INÉDITAS

TOMO I

**GABARITANDO A PROVA
OBJETIVA**

SÉRIE QUESTÕES INÉDITAS CEJURNORTE
Elaboradas por aprovados em concursos públicos



Olá amigos (as)!

Neste material o CEJURNORTE traz para vocês o TOMO I da SÉRIE QUESTÕES INÉDITAS.

Para começar, são 120 questões de ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL, CIVIL e PROCESSO CIVIL, com “Espaço de Desempenho” para avaliação!

As questões são todas inéditas e atuais, elaboradas pelos colaboradores da família Cejurnorte, todos aprovados em concursos públicos de procuradorias, magistratura e Ministério Público.

Espero que gostem, seja útil para o estudo contínuo de exercícios e que todos realizem o sonho maior: A APROVAÇÃO!

Bons estudos!

Márcia Oliveira Pessoa (Aprovada no TJ PI – Juiz)

Jaymerson Marques (Procurador/PA)

Vitor Ramos Eduardo (Procurador/PA)

André Epifanio (Promotor/AM, Ex-Procurador/PA)

Revisado por ***André Epifanio Martins***

Promotor de Justiça/Amazonas

Autor da Ed. Juspodivm

Coordenador de materiais gratuitos CEJURNORTE

Obs: Por questões didáticas, Preferimos colocar o gabarito logo abaixo das questões. Dica: Coloque uma régua ou uma folha de papel para não ver o gabarito das questões.

CONSTITUCIONAL

1. Não são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, conforme a CF/88:

- a) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- b) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- c) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- d) Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

GABARITO: B

2. De acordo com a jurisprudência do STJ, aponte o item incorreto.

- a) Mera intuição de estar havendo tráfico de drogas na casa não autoriza o ingresso sem mandado judicial ou consentimento do morador.
- b) O ingresso regular da polícia no domicílio, sem autorização judicial, em caso de flagrante delito, para que seja válido, necessita que haja fundadas razões (justa causa) que sinalizem a ocorrência de crime no interior da residência.

- c) A mera intuição acerca de eventual traficância praticada pelo agente, embora pudesse autorizar abordagem policial, em via pública, para averiguação, não configura, por si só, justa causa a autorizar o ingresso em seu domicílio, sem o seu consentimento e sem determinação judicial.
- d) O ingresso regular da polícia no domicílio, à noite, para que se cumpra ordem judicial, é válido, em situações excepcionais.

GABARITO: D

3. Tendo em vista os bens e a competência da União, dos Estados e do DF, assinale a alternativa correta.

- a) São bens da União as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II.
- b) São bens da União as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas e fluviais; as ilhas oceânicas e as costeiras, incluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios.
- c) Compete aos Estados legislar sobre propaganda comercial.
- d) Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico e direito digital, conforme última alteração realizada por Emenda Constitucional.

GABARITO: A

4. A respeito da Administração Pública, dos Servidores Públicos, e dos Militares, assinale a alternativa que esteja consentânea com o texto constitucional e a jurisprudência.

- A) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento. Portanto, ações civis de ressarcimento do poder público contra o particular, independentemente da natureza, são imprescritíveis.
- B) O servidor público investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, e não poderá optar pela remuneração do cargo anterior.
- C) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- D) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime destacado no art. 40 da CRFB88, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores portadores de deficiência, que exerçam atividades de risco, ou cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

GABARITO: D

5. Em relação ao Conselho Nacional de Justiça, a jurisprudência, em recente entendimento, posicionou-se no sentido de que:

- a) A CF conferiu competência originária e privativa ao CNJ para aplicação de medidas disciplinares. Assim, a competência do CNJ é subsidiária.
- b) O CNJ pode atuar mesmo que não tenha sido dada oportunidade para que a corregedoria local pudesse investigar o caso a ser analisado, visto que aquele possui competência originária concorrente.
- c) A CF conferiu competência derivada e concorrente ao CNJ para aplicação de medidas disciplinares. Assim, a competência do CNJ é solidária.
- d) O CNJ só pode atuar se tiver sido dada oportunidade para que a corregedoria local investigue o caso a ser analisado, visto que aquele possui competência derivada e subsidiária.

GABARITO: B

6. Acerca da Previdência Social, aponte o item que se encontra em conformidade com a Constituição Federal de 1988.

- a) Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito da sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios cujo valor poderá ser igual a um salário mínimo.
- b) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- c) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição de seguridade social, sendo, via de regra, permitida a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social.
- d) Veda-se a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

GABARITO: D

7. Assinale a assertiva correta, conforme entendimento do STF referente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

- a) Caso tenha avocado o PAD, o CNMP pode aproveitar os atos instrutórios realizados na origem.
- b) Se o CNMP decidir avocar um PAD que está tramitando na Corregedoria local por suspeita de parcialidade do Corregedor, ele poderá aproveitar os atos instrutórios praticados regularmente na origem pela Comissão Processante, desde que a Corregedoria tenha tido

oportunidade de investigar o caso a ser analisado, dada a competência não autônoma do CNMP.

c) O princípio do *pas de nullité sans grief*, não é aplicável no âmbito do Direito Administrativo, contudo, será plenamente admitido em processos disciplinares, considerando-se a competência constitucional autônoma do CNMP para aplicar sanções disciplinares.

d) Caso tenha avocado o PAD, o CNMP não poderá aproveitar os atos instrutórios realizados na origem, sendo competência privativa da Corregedoria local do órgão.

GABARITO: A

8. Com fulcro nas disposições constitucionais gerais previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta.

a) É vedado à União, direta ou indiretamente, assumir, em decorrência da criação de Estado, encargos referentes a despesas com pessoal inativo e com encargos e amortizações da dívida interna ou externa da administração pública, inclusive da indireta.

b) Nos dez primeiros anos da criação de Estado, o Governo terá no máximo dez Secretarias.

c) Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação legal.

d) A fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, serão exercidos pelo Ministério da Fazenda.

GABARITO: C

9. Com fulcro em entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a

requisição de pequeno valor, somente, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

b)É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, sem exceção.

c)A contribuição previdenciária sindical de que trata o art. 8º, IV, da Constituição Federal, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.

d)É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial. Ademais, aplica-se a mesma regra quanto aos bancos.

GABARITO: B

10. Conforme recente entendimento jurisprudencial do STF, assinale a alternativa correta.

a) As leis estaduais que proíbem o uso do amianto são inconstitucionais.

b)Em casos de “fiscalização linear exercida pelo Tribunal de Contas”, nos termos do art. 71, IV, da CF/88, não se aplica o prazo de decadência previsto no art. 54 da Lei nº 9.784/99.

c)Não será cabível ADI contra lei ou ato normativo que violou tratado ou convenção internacional que trate sobre direitos humanos e que tenha sido aprovado segundo a regra do § 3º do art. 5º, da CF/88, pois não está no rol exposto previsto na CRFB 88.

d) Há necessidade de prévia autorização da ALE para que o STJ receba denúncia criminal contra o Governador do Estado.

GABARITO: B

11. A respeito da hermenêutica e dos métodos de interpretação constitucional, assinale a alternativa correta.

- a) O método valorativo ou científico-espiritual trabalha com a concepção de que a norma jurídica não se identifica com o seu texto (expresso), pois ela é resultado de um processo de concretização.
- b) A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição, fruto de pesquisas do professor Habermas, defende o comparativismo como um quinto método de interpretação.
- c) O professor Ronald Dworkin defende a concepção de que o direito deve ser lido como um empreendimento coletivo e compartilhado por toda a sociedade. Trabalha com a metáfora do romance em cadeia e que os juízes devem ter “moralidade política” para tomar a melhor decisão, através de uma interpretação criativa.
- d) A concepção procedimental da democracia, de John Ely, vem de uma concepção substantivista do direito.

GABARITO: C

12. Tendo em vista o histórico das Constituições, assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição do Império de 1824 trouxe a teoria tripartite de poder.
- b) A Constituição de 1891, pela primeira vez, permitiu o voto das mulheres e o controle de constitucionalidade (difuso) das leis.
- c) A Constituição de 1934, de cunho social, inovou ao fortalecer o bicameralismo parlamentar.
- d) A Constituição de 1946 manteve o controle difuso de constitucionalidade e, diferentemente da Constituições de 1934 e 1937, previa expressamente a figura do vice-presidente, com mandato de 5 anos.

GABARITO: D

13. Responda a alternativa que se coaduna com o entendimento da doutrina a respeito do controle de constitucionalidade das leis e atos normativos.

- a) O autor Bernardo Gonçalves, no seu Curso de Direito Constitucional, aponta que, no controle difuso-concreto os atos do Poder Público podem ter sua compatibilidade verificada com a Constituição atual ou mesmo com a Constituição pretérita.
- b) Apenas as espécies normativas primárias previstas no art. 59 da CF88 são objetos de controle de constitucionalidade.
- c) O legislador não poderá exercer reação legislativa a uma norma já declarada inconstitucional em controle abstrato, pelo STF.
- d) Existe a possibilidade remota de alegação de decadência para o ajuizamento de ADI.

GABARITO: A

14. Recente Emenda Constitucional, que alterou os Direitos Políticos na CF88, prevê que:

- a) Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas, somente.
- b) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral. Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente: obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
- c) O eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º do art. 17 da CRFB 88, perderá o mandato.

d) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições proporcionais, vedada a sua celebração nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

GABARITO: B

15. Acerca da responsabilidade do Presidente da República, assinale a alternativa que corresponde ao que dispõe a CRFB/88.

- a) O Presidente ficará suspenso de suas funções, nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pela Câmara dos Deputados.
- b) O Presidente ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pela Câmara dos Deputados.
- c) Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente e o respectivo prosseguimento do processo, até o fim do mandato.
- d) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade. Ressalte-se que o Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.

GABARITO: D

16. Considerando a ordem econômica e social, a melhor doutrina e a CRFB/88 apontam que:

- a) O nosso modelo de atividade econômica estatal é simplesmente capitalista, sem intervenção do Estado.
- b) O Estado poderá intervir, de forma direta, quando necessário aos imperativos de segurança nacional ou quando referente a elevado interesse coletivo, a ser definido em lei.
- c) Na intervenção indireta estatal o Estado mantém a posição de agente econômico.
- d) O tratamento favorecido às empresas de pequeno e médio porte é princípio da ordem econômica.

GABARITO: B

17. Tendo em vista o entendimento jurisprudencial do STF, marque a alternativa incorreta.

- a) Os substitutos eventuais do Presidente da República a que se refere o art. 80 da CF/88, caso ostentem a posição de réus criminais perante o STF, ficarão impossibilitados de exercer o ofício de Presidente da República. No entanto, mesmo sendo réus, podem continuar na chefia do Poder por eles titularizados.
- b) O STF recentemente decidiu que o proselitismo religioso configura crime de racismo.
- c) Não viola a Súmula Vinculante 10, nem a regra do art. 97 da CF/88, a decisão do órgão fracionário do Tribunal que deixa de aplicar a norma infraconstitucional por entender não haver subsunção aos fatos ou, ainda, que a incidência normativa seja resolvida mediante a sua mesma interpretação, sem potencial ofensa direta à Constituição.
- d) Lei estadual tratando sobre a venda de títulos de capitalização é inconstitucional.

GABARITO: B

18. Ainda conforme o entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- a) Ato normativo que estava sendo impugnado na ADI que foi revogado antes do julgamento da ação, em regra, perderá o objeto e a ADI não será conhecida.
- b) Haverá perda do objeto caso fique demonstrado que houve "fraude processual" pelo legislativo.
- c) Haverá perda do objeto se ficar demonstrado que o conteúdo do ato impugnado foi repetido, em sua essência, em outro diploma normativo.
- d) Haverá perda do objeto caso o STF tenha julgado o mérito da ação sem ter sido comunicado previamente que houve a revogação da norma atacada.

GABARITO: A

19. Assinale o item que representa o exato teor de súmula vinculante do STF:

- a) Viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.
- b) São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.
- c) O disposto no artigo 127 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) não foi recebido pela ordem constitucional vigente.
- d) O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.

GABARITO: B

20. Quanto ao tema precatórios, instituto previsto na CRFB 88, assinale a alternativa correta.

- a) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado,

constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

- b) Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição de pequeno valor (RPV) ou do precatório.
- c) Admite-se execução provisória de débitos da Fazenda Pública em qualquer obrigação..
- d) A execução provisória de obrigação de fazer em face da Fazenda Pública atrai o regime constitucional dos precatórios.

GABARITO: B

21. A doutrina aponta um giro linguístico, decorrentes das transformações ocorridas nos dois últimos séculos e do questionamento profundo da linguagem e racionalidade (BERNARDO GONÇALVES). Com base nestas premissas, assinale a alternativa correta.

- a) O pensador Frege traça a distinção entre pensamentos e representações, sendo os pensamentos estruturas mais complexas que as representações – meras construções internas da mente do sujeito que pensa e compreende – uma vez que podem ser analisados por outros sujeitos que compartilham uma mesma linguagem.
- b) Charles S. Peirce, com a tese jogos de linguagem, afirma que o significado de uma palavra ou expressão somente pode aparecer a partir de uma compreensão do seu uso em uma forma de vida.
- c) Conforme Heidegger, o “dasein” é a condição do objeto (não sujeito), conforme é interpretado pelo sujeito, independentemente de um contexto histórico-linguístico.
- d) Na sua obra “Ser e o tempo” Gadamer realiza o que podemos intitular de giro fenomenológico.

GABARITO: A

22. Considerando o que a doutrina denomina de Justiça de Transição e a Integridade Transnacional dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- a) É um conceito não adotado pelo direito brasileiro, por falta de previsão legal e de precedentes concretos.
- b) São pilares fundamentais da justiça de transição a justiça, os direitos à verdade e à reparação, os quais só podem ser trabalhados conjuntamente, em consonância com as reformas institucionais, visando a reconciliação.
- c) A integridade transnacional dos direitos humanos representa a corrente filosófica do relativismo cultural.
- d) No caso Lawrence v. Texas, a Suprema Corte americana manteve a argumentação que incrimina a sodomia.

GABARITO: B

23. Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) A doutrina majoritária, capitaneada inclusive pelo autor Gilmar Mendes, não aceita a existência de ADI estadual.
- b) A declaração de constitucionalidade de lei “ainda” constitucional é a declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade.
- c) Sentenças intermediárias são o conjunto de decisões (tipologias) as quais o órgão do Poder Judiciário, que controla a constitucionalidade, relativiza o tradicional binômio “constitucionalidade/inconstitucionalidade”.
- d) Sentenças substitutivas também são chamadas de aditivas de mecanismo ou de sentenças de delegação.

GABARITO: C

24. Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta.

- a) Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é privativa aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada MP.
- b) Conforme prevê expressamente a CF88, a execução da dívida ativa tributária e não tributária é de competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Lei Federal organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal.
- d) É assegurada ao membro do MP a prerrogativa da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do MP, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.

GABARITO: D

25. Tendo em vista a previsão constitucional relativa ao orçamento, assinale a alternativa correta.

- a) A lei que instituir as diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) O poder executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- c) Conforme prevê a Constituição Federal, a lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, Estados, DF e municípios.
- d) Cabe à lei federal dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

GABARITO: B

26. A respeito da previdência social, assinale a alternativa correta, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

- a) Conforme redação conferida pela EC 20/98, é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
- b) É facultativa, mediante a devida contribuição, a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, a pessoa participante de regime próprio de previdência.
- c) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos proporcionais aos meses trabalhados, em cada ano.
- d) O STF declarou inconstitucional a previsão trazida por emenda constitucional que garante a incorporação de ganhos habituais aos salários.

GABARITO: A

27. A teor da recente jurisprudência do STF a respeito de imunidades e prerrogativas parlamentares, assinale a alternativa correta.

- a) O Poder Judiciário não possui competência para impor aos parlamentares medidas cautelares diversas da prisão, por falta de previsão legal e constitucional.
- b) Conforme decidiu o STF, cabe à Casa Parlamentar respectiva impor medidas cautelares diversas da prisão, bem como determinar a soltura do parlamentar enquanto perdurar o processo.
- c) O Poder Judiciário possui competência para impor aos parlamentares medidas cautelares diversas da prisão. No entanto, se a medida imposta impedir, direta ou indiretamente, que esse Deputado ou Senador exerça seu mandato, então, neste caso, a Câmara ou o Senado poderá rejeitar (“derrubar”) a medida cautelar que havia sido determinada pelo Judiciário.
- d) Não se aplica, por analogia, a regra do §2º do art. 53 da CF/88 também para as medidas cautelares diversas da prisão.

28. Ainda a respeito da jurisprudência pacificada do STF, assinale a alternativa correta.

- a) Conforme previsão expressa na CF88, não há possibilidade de o Presidente da República ser denunciado pelo Procurador Geral da República, enquanto exerce o mandato.
- b) O STF, ao receber a denúncia contra o Presidente da República, poderá verificar se há justa causa, em aplicação análoga do CPP.
- c) Há possibilidade de o STF conhecer e julgar qualquer questão ou matéria defensiva suscitada pelo Presidente antes que a matéria seja examinada pela Câmara dos Deputados.
- d) O juízo político de admissibilidade exercido pela Câmara dos Deputados precede a análise jurídica pelo STF para conhecer e julgar qualquer questão ou matéria defensiva suscitada pelo denunciado.

29. Considerando o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária sujeita-se ao princípio da anterioridade.
- b) Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- c) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança de ISS por ocasião do desembaraço aduaneiro.
- d) A competência constitucional do Tribunal do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

30. Tendo em vista as disposições relativas à Família, à Criança, ao Adolescente, ao Jovem e ao Idoso, assinale a alternativa correta.

- a) Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- b) As terras ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse, cabendo-lhes o domínio das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- c) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- d) N.D.A.

➤ **Preencha quantas você acertou!**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

Igual ou superior a 25 – EXCELENTE, VOCÊ QUASE GABARITOU.

20 a 24 – MUITO BOM, VOCÊ FEZ UM ESCORE RAZOÁVEL.

15 A 19 – PARABÉNS, VOCÊ ESTÁ NO CAMINHO E JÁ POSSUI A BASE DE CONSTITUCIONAL.

Igual ou abaixo de 14 – VOCÊ ESTÁ MEDIANO NA MATÉRIA. VAMOS DEDICAR MAIS HORAS A CONSTITUCIONAL?

ADMINISTRATIVO

31. Com relação à Lei de Improbidade Administrativa, assinale o item CORRETO:

- a) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às cominações da lei de improbidade em nenhuma hipótese, diante do princípio constitucional da individualização da pena.
- b) No caso de enriquecimento ilícito, doloso ou culposo, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano. Nesta hipótese, não havendo dano ao ente público a responsabilidade ficará limitada às esferas administrativa e penal, não havendo punição no âmbito civil.
- c) Nos atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os Princípios da Administração Pública está o responsável pelo ato de improbidade sujeito ao ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- d) Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

GABARITO: D

32. Com relação à Lei 9.784/1999, assinale o item CORRETO:

- a) O administrado tem como um dos direitos perante a Administração de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista

dos autos apenas quando assistido por advogado habilitado no processo, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.

- b) O art. 4º da Lei 9784/1999 traz rol taxativo de deveres dos administrados perante a Administração.
- c) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- d) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, desde que estes lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

GABARITO: C

33. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Termo de colaboração pode ser definido como instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- b) Acordo de cooperação, instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- c) Termo de fomento pode ser definido como instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- d) O chamamento público é procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da

moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

GABARITO: B

34. De acordo com a Lei Anticorrupção, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os efeitos do acordo de leniência não serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, ainda que firmem o acordo em conjunto, devendo cada pessoa jurídica firmar acordo próprio, delimitando os ilícitos cometidos.
- b) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- c) Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.
- d) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

GABARITO: A

35. De acordo com a lei de informação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como ultrassecretas.

- b) A lei de acesso à informação aplica-se apenas aos órgãos da administração direta e indireta.
- c) Informação sigilosa é aquela submetida eternamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- d) Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

GABARITO: D

36. De acordo com a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os empregados que laboram no cultivo da cana-de-açúcar para empresa agroindustrial ligada ao setor sucroalcooleiro detêm a qualidade de rurícola, ensejando a isenção do FGTS desde a edição da Lei Complementar n. 11/1971 até a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- b) O acesso do MPF às informações inseridas em procedimentos disciplinares conduzidos pela OAB depende de prévia autorização judicial.
- c) O prazo decadencial para impetrar mandado de segurança contra redução do valor de vantagem integrante de proventos ou de remuneração de servidor público renova-se mês a mês.
- d) A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial não constitui ato de improbidade administrativa, por falta de amparo legal, não excluindo a sua responsabilidade nas esferas cível, administrativa e penal.

GABARITO: D

37. De acordo com a jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os prazos da licença-adoptante não podem ser inferiores aos prazos da licença-gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença-adoptante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada.
- b) A comprovação do triênio de atividade jurídica exigida para o ingresso no cargo de juiz substituto, nos termos do art. 93, I, da CF, deve ocorrer no momento da inscrição definitiva no concurso público.
- c) Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais em razão de conteúdo que viole valores constitucionais.
- d) A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre. É permitida a compensação em caso de acordo. O desconto também será cabível, ainda, que se fique demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.

GABARITO: D

38. De acordo com a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os Conselhos Regionais de Farmácia não possuem atribuição para fiscalizar e autuar as farmácias e drogarias quanto ao cumprimento da exigência de manter profissional legalmente habilitado (farmacêutico) durante todo o período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos.
- b) Os dispositivos do art. 4º, caput, e §§ 1º e 2º, da Lei n. 11.738/2008 não amparam a tese de que a União é parte legítima, perante terceiros particulares, em demandas que visam à sua responsabilização pela implementação do piso nacional do magistério, afigurando-se correta a decisão que a exclui da lide e declara a incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o feito ou, em sendo a única parte na lide, que decreta a extinção da demanda sem resolução do mérito.
- c) A Lei n. 11.738/2008, em seu art. 2º, § 1º, ordena que o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica deve corresponder ao piso salarial profissional

nacional, sendo vedada a fixação do vencimento básico em valor inferior, não havendo determinação de incidência automática em toda a carreira e reflexo imediato sobre as demais vantagens e gratificações, o que somente ocorrerá se estas determinações estiverem previstas nas legislações locais.

d) A taxa progressiva de juros não se aplica às contas vinculadas ao FGTS de trabalhadores qualificados como avulsos.

GABARITO: A

39. De acordo com a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Não estão sujeitas a registro perante o respectivo Conselho Regional de Medicina Veterinária, nem à contratação de profissionais nele inscritos como responsáveis técnicos, as pessoas jurídicas que explorem as atividades de comercialização de animais vivos e a venda de medicamentos veterinários, pois não são atividades reservadas à atuação privativa do médico veterinário.

b) Há, em regra, interesse jurídico da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica – para figurar como ré ou assistente simples de ação de repetição de indébito relativa a valores cobrados por força de contrato de fornecimento de energia elétrica celebrado entre usuário do serviço e concessionária do serviço público.

c) A “teoria do fato consumado” não pode ser aplicada para consolidar remoção de servidor público destinada a acompanhamento de cônjuge, em hipótese que não se adequa à legalidade estrita, ainda que tal situação haja perdurado por vários anos em virtude de decisão liminar não confirmada por ocasião do julgamento de mérito.

d) A instauração de processo disciplinar contra servidor efetivo cedido deve dar-se, preferencialmente, no órgão em que tenha sido praticada a suposta irregularidade, mas o julgamento e a eventual aplicação de sanção, quando findo o prazo de cessão e já tendo o servidor retornado ao órgão de origem, só podem ocorrer no órgão ao qual o servidor público federal efetivo estiver vinculado.

GABARITO: B

40. De acordo com a jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É necessária a observância da garantia do devido processo legal, em especial, do contraditório e da ampla defesa, relativamente à inscrição de entes públicos em cadastros federais de inadimplência.
- b) Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, XLIX, da CF, o Estado é responsável pela morte de detento.
- c) Os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no art. 40, § 1º, II, da CF, a qual atinge também os ocupantes de cargo de provimento efetivo, existindo, também, idade limite para fins de nomeação a cargo em comissão. Há óbice constitucional a que o servidor efetivo aposentado compulsoriamente permaneça no cargo comissionado que já desempenhava ou a que seja nomeado para cargo de livre nomeação e exoneração, uma vez que se trata de continuidade ou criação de vínculo efetivo com a Administração.
- d) O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

GABARITO: C

41. Às ações de improbidade administrativa, conforme entendimento do STJ:

- a) Aplica-se o reexame necessário, em todos os casos, com base na aplicação supletiva do CPC e por interpretação extensiva da segunda parte do art. 19 da Lei nº 4.717/65.
- b) Não se aplica o reexame necessário, previsto no art. 19 da Lei 4.717/65.
- c) A sentença que concluir pela carência e pela improcedência de ação de improbidade administrativa não está sujeita ao reexame necessário, com base na aplicação supletiva do CPC e por interpretação extensiva da primeira parte do art. 19 da Lei nº 4.717/65.

d) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência de ação de improbidade administrativa está sujeita ao reexame necessário, com base na aplicação subsidiária do CPC e por aplicação analógica da primeira parte do art. 19 da Lei nº 4.717/65.

GABARITO: D

42. As terras ocupadas pelos indígenas:

- a) Podem ser caracterizadas como devolutas.
- b) Não podem ser caracterizadas como devolutas.
- c) Em que pese serem caracterizadas como bens da União (art. 20, XI, CF/88), a jurisprudência do STF, em recente julgado, firmou que podem ser consideradas como terras devolutas de domínio do Estado-membro.
- d) N.D.A.

GABARITO: B

43. Acerca das “Definições”, constantes na Lei 8.666/93, aponte a assertiva correta.

- a) Obra é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, desde que realizada apenas por execução direta.
- b) Projeto básico é o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- c) Empreitada por preço global é quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
- d) Serviço é toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação,

reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

GABARITO: C

44. Em referência a servidores temporários, aponte o item em desconformidade com a jurisprudência do STF.

- a) É constitucional a quarentena para recontração de servidores temporários prevista no art. 9º, III, da Lei 8.745/93.
- b) No âmbito da administração pública estadual, é permitida a contratação temporária do mesmo servidor antes de decorridos 24 meses do encerramento do contrato anterior. Esta exceção é constitucional e está em consonância com o disposto no art. 2º da Lei 8.745/93.
- c) No âmbito da administração pública federal, é vedada a contratação temporária do mesmo servidor antes de decorridos 24 meses do encerramento do contrato anterior.
- d) É compatível com a Constituição Federal a previsão legal que exija o transcurso de 24 (vinte e quatro) meses, contados do término do contrato, antes de nova admissão de professor temporário anteriormente contratado.

GABARITO: B

45. Andre e Jaymerson, servidores públicos concursados, e que ocupam os cargos de analista judiciário nas especialidades de médico e odontólogo no TRF, cumprem jornada de 4 horas diárias e de 6 horas diárias, respectivamente.

O TCU, entendeu irregular a situação de ambos, exigindo o cumprimento de 8 horas diárias de trabalho, conforme previsto no art. 19 da Lei nº 8.112/90.

Nesta situação hipotética – e considerando o entendimento do STF:

- a) a determinação feita pelo TCU não possuirá aplicabilidade, visto que os servidores médicos e odontólogos possuem jornadas de trabalho especiais (reduzidas) por força de previsão em leis especiais.
- b) a determinação feita pelo TCU é válida, pois, não há menção em legislações especiais no tocante à redução de jornadas de trabalho para servidores médicos e odontólogos.
- c) a jornada de trabalho do médico servidor público é de 6 horas diárias e de 30 horas semanais, nos termos da Lei nº 12.702/2012, enquanto que a do ODONTÓLOGO servidor público é de 4 horas diárias e de 20 horas semanais, nos termos do DL 2.140/84.
- d) a jornada de trabalho diferenciada seria aplicada, também, no caso de médicos e odontólogos que ocupem cargo em comissão ou função de confiança.

GABARITO: A

46. Não configura ato de Improbidade Administrativa que cause prejuízo ao erário:

- a) facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.
- b) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- c) Desviar verbas públicas de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- d) liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.

47. Acerca dos contratos administrativos, julgue os itens abaixo e assinale o correto.

- a) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado transfere automaticamente ao Poder Público a responsabilidade pelo seu pagamento.
- b) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado transfere automaticamente ao Poder Público a responsabilidade pelo seu pagamento, independentemente de o ex-empregado reclamante comprovar, que houve efetiva falha do Poder Público na fiscalização do contrato.
- c) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público a responsabilidade pelo seu pagamento.
- d) Via de regra, a Administração Pública deve responder pelas dívidas trabalhistas contraídas pela empresa contratada e que não foram pagas.

48. Em referência ao entendimento sumulado em matéria administrativa, indique o item integralmente correto.

- a) A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos, indistintamente e independentemente de prazo.
- b) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
- c) É inadmissível segunda punição de servidor público, baseada no mesmo processo em que se fundou a primeira.
- d) Não se incluem entre os imóveis funcionais que são vendidos, os administrados pelas Forças Armadas e ocupados por servidores civis.

GABARITO: C

49. Não cabe recurso administrativo aplicável aos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei de Licitações e Contratos:

- a) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.
- b) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.
- c) julgamento das propostas.
- d) despacho de anulação ou de revogação da licitação.

GABARITO: D

50. O prazo para o TCU exigir comprovação de regular aplicação de verbas federais por meio de tomada de contas especial, conforme o STJ, é de:

- a) 03 (três) anos.
- b) 05 (cinco) anos.
- c) 10 (dez) anos.
- d) 1(um) ano, conforme alteração legislativa recente.

GABARITO: B

51. No Direito Administrativo Brasileiro, é corrente a classificação dos atos administrativos entre vinculados e discricionários. Sobre o tema, é correto dizer que:

- a) O lançamento tributário pode ser considerado como ato discricionário, porquanto é constitucional o estabelecimento de isenções fiscais.

- b) O ato de remoção de servidor público, como exemplo de ato discricionário, pode servir como punição por infração administrativa.
- c) O ato vinculado prescinde de qualquer motivação ou da ocorrência do motivo previsto em lei.
- d) O ato discricionário necessita de motivação, consubstanciada na demonstração das razões de fato e de direito que determinaram a tomada de dada providência.

GABARITO: D

52. Sobre o regime constitucional de acumulação de cargos públicos e a jurisprudência do STJ e do STF sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) É vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, exceto, quando houver compatibilidade de horário: dois cargos de professor; de um cargo de professor com outro técnico ou científico; ou de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde.
- b) O cargo técnico ou científico necessariamente deve exigir, como requisito de ingresso, diploma de graduação de nível superior.
- c) O assistente social pode ser considerado como profissional de saúde.
- d) O STJ entende que o limite de carga horária dos dois cargos acumuláveis é de 60 horas semanais.

GABARITO: B

53. Acerca do regime das diversas modalidades de licitação, é correto dizer que:

- a) É vedada a realização de pregão para a contratação de qualquer serviço de engenharia.
- b) O TCU entende que a não realização de audiência pública prévia em processos licitatórios com valor estimado acima de R\$ 150.000.000,00 não é causa de nulidade absoluta do processo de licitação.

- c) É lícito exigir, como requisito de habilitação, garantia no valor de até 1% do valor estimado da contratação.
- d) É necessária prévia dotação orçamentária para a realização de procedimento de registro de preços.

GABARITO: C

54. José da Silva, após muitos anos de estudo, foi aprovado dentro do número de vagas previstas no edital de abertura de concurso. Sobre a legislação e jurisprudência acerca dos concursos públicos, é possível afirmar que:

- a) Necessariamente o concurso deveria ter ofertado cadastro de reserva.
- b) O candidato José da Silva só tem direito adquirido à nomeação se for desrespeitada a ordem de classificação no concurso.
- c) É possível a prorrogação do prazo de validade do concurso após a expiração do prazo original previsto no prazo de abertura.
- d) É impossível a investidura de José da Silva em cargo diverso à carreira dele integrante, ainda que em decorrência de transposição realizada por lei.

GABARITO: D

55. Sobre o relacionamento entre a administração pública e os entes do terceiro setor, é correto dizer que:

- a) o termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- b) O plano de trabalho é parte dispensável do termo de colaboração.

- c) A alteração do termo de fomento somente é permitida no que se refere à vigência, ao passo que o termo de colaboração pode ser alterado quanto ao valor e vigência.
- d) Não é possível a dispensa do chamamento público prévio à celebração de termo de fomento.

GABARITO: A

56. Sobre os cargos públicos, é incorreto dizer que:

- a) É possível o provimento do cargo por concurso público de títulos.
- b) É possível a transformação, desde que observadas a compatibilidade funcional e remuneratória, além da equivalência dos requisitos exigidos em concurso.
- c) É possível a declaração de desnecessidade do cargo público, ocasião em que servidor público estável será redistribuído ou colocado em disponibilidade.
- d) É possível a recondução de um servidor a um cargo público que já não mais ocupava.

GABARITO: A

57. O Município de Taboquinha do Sul deseja firmar uma parceria público-privada que:

- a) É um contrato de concessão, somente possível na modalidade administrativa.
- b) Poderá ter contrato estipulado em qualquer valor.
- c) Poderá ter prazo de vigência de cinquenta anos.
- d) Será objeto de licitação, em procedimento em que poderá haver inversão entre as etapas de habilitação e julgamento.

GABARITO: D

58. Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, é correto dizer que:

- a) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- b) O STJ permite que a pessoa jurídica possa figurar como ré em ação de improbidade administrativa.
- c) O ressarcimento do dano oriundo de ato de improbidade administrativa não pode ser imputado ao sucessor civil.
- d) A responsabilidade pelo ressarcimento ao Erário tem caráter objetivo, sendo desnecessária a ocorrência de culpa ou dolo pelo agente público.

GABARITO: B

59. O Município de Caixoduateua vive uma situação de caos na saúde. O prefeito José das Couves, por sua vez, obtém informações de que o hospital privado Saúde Total dispõe de modernas instalações e pode, prontamente, atender as demandas da população da cidade.

Sobre o caso concreto, é incorreto dizer que:

- a) É possível a realização de desapropriação por utilidade pública, sendo necessária a edição prévia de Decreto pelo Prefeito.
- b) O Município de Caixoduateua, em virtude da urgência oriunda do caos na saúde, pode se imitir na posse do imóvel sem que haja a prévia indenização.
- c) O processo de desapropriação pode se consumir pela via administrativa, não sendo obrigatório o ajuizamento de ação caso haja acordo entre a administração e o particular.
- d) Havendo desapropriação pela via judicial e tendo sido reconhecido que o valor ofertado e depositado em juízo foi insuficiente para a justa indenização, a diferença deverá ser paga mediante a expedição de precatório ou de requisição de pequeno valor.

GABARITO: B

60. Antonio Malvadeza era um perigoso criminoso que foi detido e custodiado em um Centro de Detenção Provisória Estadual. Durante a sua primeira noite de cárcere, o agente prisional Carlos Daniel, mediante o recebimento de propina, omitiu-se na vigilância do preso e permitiu que colegas de cela ceifassem a vida de Antonio Malvadeza. Sobre o caso concreto, assinale a alternativa correta:

- a) Não é possível a responsabilidade civil do estado, considerando que o agente prisional cometeu omissão dolosa e somente há responsabilidade objetiva do Estado decorrente de atos comissivos de seus agentes.
- b) Considerando que Antonio Malvadeza se dedicava ao crime, é possível apenas o pagamento de indenização por danos morais, mesmo que o criminoso possuísse dependentes.
- c) O agente prisional Carlos Daniel não contou com defesa de advogado no processo administrativo disciplinar que apurou os fatos, o que não causa a nulidade do procedimento.
- d) Após a conclusão de processo administrativo disciplinar, tendo sido comprovada a omissão dolosa que permitiu a ocorrência do homicídio, é lícito à autoridade julgadora deixar de aplicar a penalidade de demissão, por exercício da discricionariedade da administração pública.

GABARITO: C

➤ **Preencha quantas você acertou!**

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Igual ou superior a 25 – EXCELENTE, VOCÊ QUASE GABARITOU.

20 a 24 – MUITO BOM, VOCÊ FEZ UM ESCORE RAZOÁVEL.

15 A 19 – PARABÉNS, VOCÊ ESTÁ NO CAMINHO E JÁ POSSUI A BASE DE ADMINISTRATIVO.

Igual ou abaixo de 14 – VOCÊ ESTÁ MEDIANO NA MATÉRIA. VAMOS DEDICAR MAIS HORAS A CONSTITUCIONAL?

CIVIL

61. Acerca do instituto do domicílio, disposto no Código Civil Brasileiro, assinale a opção correta:

- a) É considerado domicílio da pessoa natural, o lugar onde estabeleça sua residência com ânimo definitivo. O lugar onde exerça sua profissão, conforme entendimento recente do STJ, não pode ser considerado domicílio.
- b) Considera-se domicílio dos Estados e Territórios, o lugar onde funciona a administração estadual.
- c) Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se executem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- d) Recentemente, o STJ decidiu pela não aplicação da regra do domicílio necessário ao funcionário público.

GABARITO: C

62. Quanto a disciplina dos bens, dispõe o Código Civil:

- a) Pertencas são os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- b) As energias que tenham valor econômico são consideradas bens imóveis, de acordo com a jurisprudência brasileira.

- c) Os frutos e produtos, ainda não separados do bem principal, não podem ser objeto de negócio jurídico.
- d) Constitui universalidade de fato o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

GABARITO: A

63) Acerca do direito das obrigações, assinale a opção correta:

- a) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra não se estipulou.
- b) Se uma das duas prestações não puder ser obrigação ou se tornada inexecutível, resolver-se-á a obrigação.
- c) Em caso de urgência, poderá o credor, mediante autorização judicial, desfazer ou mandar desfazer ato praticado pelo devedor, a cuja obstenção se obrigara, sem prejuízo do ressarcimento devido.
- d) Quando a escolha couber ao credor e uma das prestações torna-se impossível por culpa do devedor, o credor terá direito de exigir a prestação subsistente ou o valor da outra, com perdas e danos; se, por culpa do devedor, ambas as prestações se tornarem inexecutíveis, poderá o credor reclamar o valor de qualquer das duas, além da indenização por perdas e danos.

GABARITO: D

64. Dispõe o Código Civil que "considerar-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor." Sobre o instituto, é correto afirmar:

- a) É anulável a cláusula que autoriza ao proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

- b) Somente o terceiro interessado que pagar a dívida, se sub-rogará de pleno direito no crédito e na propriedade fiduciária.
- c) O devedor pode, com a anuência do credor, dar seu direito eventual à coisa em pagamento da dívida, se a dívida não for paga no vencimento.
- d) Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público, vedada a constituição por instrumento particular.

GABARITO: C

65) No que tange aos contratos em espécie, assinale a opção correta.

- a) A apólice ou o bilhete de seguro serão nominativos, à ordem ou ao portador, e mencionarão o riscos a serem assumidos, o início e fim de sua validade, o limite da garantia e o prêmio devido, e, quando for o caso, o nome do segurado e o beneficiário.
- b) O segurado terá direito a indenização, ainda que em mora no pagamento do prêmio, de acordo com entendimento recente do STJ.
- c) A apólice ou o bilhete à ordem transfere-se por endosso em banco ou em preto, datado e assinado pelo endossante e endossatário.
- d) O segurado poderá reconhecer sua responsabilidade ou confessar a ação, bem como transigir com o terceiro prejudicado ou indenizá-lo diretamente, ainda que sem a anuência expressa do segurador.

GABARITO: A

66) A respeito da responsabilidade civil disciplinada no Código Civil Brasileiro, é correto afirmar:

- a) Em nenhuma hipótese o incapaz responderá pelos prejuízos que der causa.

- b) Também são responsáveis pela reparação civil os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até concorrente garantia.
- c) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas, ficará obrigado a pagar ao devedor o valor cobrado mais perdas e danos.
- d) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

GABARITO: B

67. É entendimento sumulado dos Tribunais Superiores:

- a) O conceito de impenhorabilidade de bem de família não abrange o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.
- b) O valor do seguro obrigatório não deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada.
- c) A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor da dívida.
- d) A comissão de permanência e correção monetária podem ser cumuladas.

GABARITO: C

68. É correto afirmar sobre o contrato de agência e distribuição:

- a) O proponente não pode constituir, ao mesmo tempo, mais de um agente, na mesma zona, com idêntica incumbência, salvo ajuste em contrário.
- b) Em regra, todas as despesas com a agência ou distribuição correm a cargo do proponente.
- c) O agente ou distribuidor, em regra, não terá direito à remuneração correspondente aos negócios concluídos dentro de sua zona, mas sem sua interferência.
- d) Não se aplicam ao contrato de agência e distribuição as regras concernentes à comissão, conforme entendimento da jurisprudência dominante.

GABARITO: A

69. Sobre o instituto do casamento, marque a opção correta.

- a) O homem e a mulher com quatorze anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.
- b) De acordo com a jurisprudência do STJ, podem casar os afins em linha reta.
- c) O casamento não poderá ser celebrado mediante procuração.
- d) Não devem casar a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.

GABARITO: D

70. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- a) É possível a revisão de cláusulas contratuais em ação de exigir contas (ação de prestação de contas).
- b) É de 3 anos o prazo prescricional para que o evicto (que perdeu o bem por evicção) proponha ação de indenização contra o alienante.
- c) Particulares não podem ajuizar ação possessória para resguardar o livre exercício do uso de via municipal (bem público de uso comum do povo) instituída como servidão de passagem.
- d) É entendimento pacífico do STJ ser cabível o ajuizamento de ações possessórias por parte de invasor de terra pública contra outros particulares.

GABARITO: B

71. No que concerne às obrigações de dar, nos termos estabelecidos pelo Código Civil:

- a) Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este tão somente pelas perdas e danos.
- b) Na obrigação de dar coisa certa, até a tradição, a coisa pertence ao devedor, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.
- c) Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa restituível se deteriorar sem culpa do devedor, recebê-la-á o credor, tal qual se ache, com direito à indenização.
- d) Sendo culpado o devedor, caberá ao credor aceitar a coisa no estado em que se acha.

GABARITO: B

72. Com relação ao contrato de compra e venda, pode-se afirmar como a única alternativa CORRETA:

- a) É anulável o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- b) É nula a venda de ascendente a descendente.
- c) O direito de preferência não se pode ceder nem passar aos herdeiros.
- d) O Código civilista veda a fixação do preço à taxa de mercado ou da bolsa, em certo e determinado dia e lugar.

GABARITO: C

73. Sobre os negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os negócios jurídicos podem ser anulados em razão do dolo de uma das partes, ainda que o dolo não tenha sido a causa do negócio.
- b) O dolo acidental não obriga à satisfação das perdas e danos.
- c) Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

- d) O negócio jurídico celebrado com coação pode ser anulado, se tal coação incutir ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família ou aos seus bens, ou mesmo a pessoa não pertencente à família, caso em que o juiz decidirá se houve coação conforme as circunstâncias.

GABARITO: D

74. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

- a) Por despacho do juiz, desde que competente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- b) Por ato judicial ou extrajudicial que constitua em mora o devedor.
- c) Por protesto cambial.
- d) Por qualquer ato inequívoco, exceto extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

GABARITO: C

75. No que diz respeito a responsabilidade civil, é entendimento sumulado dos Tribunais Superiores.

- a) A ausência de registro de transferência implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado.
- b) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.
- c) O valor do seguro obrigatório não pode ser deduzido da indenização judicial fixada.
- d) Não é indenizável o acidente que cause a morte de filho menor que não exerça trabalho remunerado.

GABARITO: B

76. Assinale a opção correta a respeito do contrato de empréstimo:

- a) O comodato é empréstimo oneroso de coisas fungíveis.
- b) O mútuo é empréstimo de coisas não fungíveis.
- c) O comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.
- d) O mútuo transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário, por cuja conta correm todos os riscos dela desde a tradição.

GABARITO: D

77. Sobre o adimplemento e a extinção das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credo.
- b) É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- c) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, e se sub-roga nos direitos do credo.
- d) A novação, quando se realiza por substituição do devedor, não pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.

GABARITO: A

78. É entendimento sumulado dos Tribunais Superiores acerca do contrato de seguro:

- a) A ação de indenização do segurado em grupo contra a seguradora prescreve em três anos.
- b) No seguro de responsabilidade civil facultativo, não cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano.
- c) A seguradora, em regra, se exime do dever de indenizar em razão da transferência do veículo sem sua prévia comunicação.
- d) O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado sofreu o evento danoso.

GABARITO: B

79. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- a) A organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP -, mesmo ligada ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, não pode ser classificada ou equiparada à instituição financeira, carecendo, portanto, de legitimidade ativa para requerer busca e apreensão de bens com fulcro no Decreto-Lei nº 911/69. O procedimento judicial de busca e apreensão previsto no DL 911/69 é um instrumento exclusivo das instituições financeiras lato sensu ou das pessoas jurídicas de direito público titulares de créditos fiscais e previdenciários.
- b) Aplica a teoria do adimplemento substancial aos contratos de alienação fiduciária em garantia regidos pelo Decreto-Lei 911/69.
- c) Na vigência do Código Civil de 2002, é de três anos o prazo prescricional para que o condomínio geral ou edifício (vertical ou horizontal) exercite a pretensão de cobrança de taxa condominial ordinária ou extraordinária, constante em instrumento público ou particular, a contar do dia seguinte ao vencimento da prestação.
- d) Um casal que vive (ou viverá) em união estável pode celebrar contrato de convivência dizendo que aquela relação será regida por um regime de bens igual ao

regime da comunhão universal. Porém, esse contrato, para ser válido, precisa ser feito por escritura pública.

GABARITO: A

80. Acerca do entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a única assertiva correta:

- a) A pretensão deduzida em demanda baseada na garantia da evicção submete-se ao prazo prescricional de 5 anos.
- b) É possível a estipulação de multa no contrato de honorários para as hipóteses de renúncia ou revogação unilateral do mandato do advogado.
- c) Não é possível a revisão de cláusulas contratuais em ação de exigir contas (ação de prestação de contas).
- d) O STJ entende não ser impenhorável o único imóvel comercial do devedor que esteja alugado, ainda quando o valor do aluguel é destinado unicamente ao pagamento de locação residencial por sua entidade familiar.

GABARITO: C

81. Com base nas disposições da LINDB, assinale a opção correta.

- a) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- b) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia e os princípios gerais do direito, sendo vedada a utilização dos costumes, conforme recente entendimento do STJ.
- c) Não havendo disposição em contrário, o início da vigência de uma lei coincidirá com a data da sua publicação.
- d) O ordenamento jurídico brasileiro vedou o instituto do Reenvio, ao estabelecer, no art. 16 da LINDB que, “quando, nos termos dos artigos precedentes, se houver de aplicar a lei estrangeira,

ter-se-á em vista a disposição desta, sem considerar qualquer remissão por ela feita a outra lei”.

GABARITO: D

82. Acerca do contrato de fiança, assinale a opção correta:

- a) A fiança dar-se-á por escrito ou de forma verbal, admitindo-se interpretação extensiva.
- b) A fiança não poderá ser estipulada sem o consentimento do devedor ou contra sua vontade.
- c) As obrigações nulas não são suscetíveis de fiança, exceto se a nulidade resultar apenas de incapacidade pessoal do devedor.
- d) A fiança não poderá ser de valor inferior ao da obrigação principal, nem contraída em condições menos onerosas.

GABARITO: C

83. Assinale a opção correta acerca da transmissão das obrigações nos termos do Código Civil.

- a) O silêncio do credor notificado da assunção de dívida deve ser interpretado como recusa, mas, na hipótese de assunção de débito garantido por hipoteca, o silêncio, decorrido o prazo de trinta dias, deve ser interpretado como anuência.
- b) Salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
- c) O novo devedor poderá opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- d) Salvo disposição em contrário, a cessão de um crédito não abrange seus acessórios.

GABARITO: A

84. Com base do Código Civil e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta acerca do instituto da usucapião.

- a) A usucapião especial rural, ou pro labore, pode recair sobre imóvel público rural.
- b) É admitida a modalidade de usucapião especial urbano residencial familiar de imóvel de até 250m², desde que computados dois anos de posse ininterrupta, exclusiva, sem oposição e direta, pelo cônjuge que permanece residindo no imóvel, contra o ex-cônjuge, ou ex-companheiro, que abandonou o lar e com quem dividia a propriedade, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- c) Aquele que possuir, como sua, área urbana ou rural, de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- d) O imóvel público é insuscetível de usucapião, devendo-se, entretanto, reconhecer como possuidor o particular que ocupa, de boa-fé, aquela área, ao qual é devido o pagamento de indenização por acessões ou benfeitorias ali realizadas.

GABARITO: B

85. A respeito da locação de imóveis urbanos, assinale a opção correta:

- a) A prorrogação do contrato de fiança acessório da locação por prazo indeterminado depende de pactuação expressa.
- b) De acordo com a Lei 8245/91, são admitidas como modalidades de garantia a caução, fiança e o seguro de fiança locatícia, não se admitindo a cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento.
- c) É livre a convenção do aluguel, admitindo-se a sua estipulação em moeda estrangeira.
- d) Salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção.

GABARITO: D

86. Acerca do instituto do mandato, previsto no CC, pode-se dizer que:

- a) O mandato presume-se gratuito quando não houver sido estipulada retribuição, mesmo se o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.
- b) Quando se outorga mandato por instrumento público, não se pode substabelecer mediante instrumento particular.
- c) O poder de transigir não importa o de firmar compromisso.
- d) Sempre que o mandatário estipular negócios expressamente ou tacitamente em nome do mandante, ambos estarão igualmente responsáveis; ficará, porém, o mandatário pessoalmente obrigado, se agir no seu próprio nome, ainda que o negócio seja de conta do mandante.

GABARITO: C

87. O pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago; Se o título deferir a opção a terceiro, e este não quiser, ou não puder exercê-la, caberá ao juiz a escolha se não houver acordo entre as partes; Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível; Os frutos percebidos são do devedor, cabendo ao credor os pendentes.

As informações acima referem-se, respectivamente, a que modalidades de obrigação:

- a) Solidariedade Passiva, Dar Coisa Certa, Fazer e Alternativa.
- b) Não fazer, alternativa, Fazer e Dar Coisa Certa.
- c) Solidariedade Passiva, Alternativa, Fazer e dar Coisa Certa.
- d) Solidariedade Ativa, Alternativa, Fazer e Dar Coisa Certa.

88. Concernente à jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria civil, é correto inferir que:

- a) Gravação de mensagem de voz para central telefônica pode ser enquadrada como direito conexo ao de autor, por representar execução de obra literária ou artística ou de expressão do folclore.
- b) Em caso de divórcio no qual se pede a desconsideração inversa da personalidade jurídica, não se deve incluir no polo passivo a pessoa que teria participado do conluio com o cônjuge.
- c) O benefício de previdência privada fechada é incluído na partilha em dissolução de união estável regida pela comunhão parcial de bens.
- d) O proprietário de terreno objeto de contrato de permuta com incorporadora/construtora, rescindido por decisão judicial no curso do processo falimentar desta, tem responsabilidade pelos danos sofridos pelos antigos adquirentes de unidades autônomas no empreendimento imobiliário inacabado.

89. Acerca dos negócios jurídicos, aponte a assertiva incorreta.

- a) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- b) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- c) São nulos desde o início os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- d) São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.

GABARITO: C

90. Acerca do instituto dos bens, aponte a assertiva incorreta.

- a) Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos pais ou aos descendentes, nesta ordem, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.
- b) Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- c) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- d) São fungíveis os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.

GABARITO: D

➤ Preencha quantas você acertou!

61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90

Igual ou superior a 25 – EXCELENTE, VOCÊ QUASE GABARITOU.

20 a 24 – MUITO BOM, VOCÊ FEZ UM ESCORE RAZOÁVEL.

15 A 19 – PARABÉNS, VOCÊ ESTÁ NO CAMINHO E JÁ POSSUI A BASE DE CIVIL.

Igual ou abaixo de 14 – VOCÊ ESTÁ MEDIANO NA MATÉRIA. VAMOS DEDICAR MAIS HORAS A CONSTITUCIONAL?

PROCESSO CIVIL

91. De acordo com a cooperação jurídica internacional e competência, assinale a alternativa consentânea com o novo CPC.

- a) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil, se previsto em tratado internacional.
- b) Recebido o pedido de auxílio direto ativo, a autoridade central o encaminhará à Advocacia-Geral da União, que requererá em juízo a medida solicitada.
- c) O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição voluntária e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.
- d) O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo. Mas, a reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente. Por fim, haverá preclusão se o réu não alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação.

GABARITO: D

92. Considerando o litisconsórcio e a intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta.

- a) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, independentemente de intimação dos demais.
- b) A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, por exemplo. Ademais, o assistente simples sujeita-se aos mesmos ônus processuais que o assistido. Transitada em julgado o processo com intervenção do assistente simples, não poderá discutir a justiça da decisão, em regra.

- c) Feita a denunciação pelo réu, se o denunciante for vencido na ação principal, o juiz não poderá passar para o julgamento da denunciação da lide.
- d) No incidente de desconsideração da personalidade jurídica, se a decisão for proferida pelo relator, não caberá agravo interno, pois é um incidente irrecurável.

GABARITO: B

93. Tendo em vista as tutelas provisórias, assinale a alternativa incorreta.

- a) Na petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente, o réu será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, contestar o pedido e indicar provas que pretende produzir.
- b) Na tutela de evidência, se ficar caracterizado o abuso do direito de defesa, por exemplo, o juiz não poderá decidir liminarmente.
- c) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.
- d) Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se, por exemplo, a sentença lhe for desfavorável.

GABARITO: A

94. Com fulcro no NCPC, especificamente quanto à coisa julgada e a liquidação de sentença, assinale a alternativa correta.

- a) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, e vincula terceiros, prejudicando-os.
- b) Na liquidação pelo procedimento comum e pelo arbitramento não caberá prova pericial, conforme nova sistemática.
- c) A liquidação poderá ser realizada na pendência de recurso.

- d) A liquidação não poderá ser realizada na pendência de recurso, conforme determinação expressa no art. 511 do NCPC.

GABARITO: C

95. Tendo em vista os procedimentos especiais, assinale a alternativa correta.

- a) Cabendo ao juiz decidir simultaneamente a oposição e a ação originária, da oposição conhecerá em primeiro lugar.
- b) Há vedação expressa de monitória para entrega de coisa infungível, pela impossibilidade prática.
- c) No penhor legal, a partir da audiência preliminar, observar-se-á o procedimento de jurisdição voluntária.
- d) A restauração de autos far-se-á no juízo de origem quanto aos atos nele realizados, e não no juízo “ad quem”.

GABARITO: D

96. Quanto aos recursos no processo civil, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso interposto por um dos litisconsortes depende de ratificação dos demais.
- b) A súmula de decisão sobre repercussão geral constará em ata, mas não valerá como acórdão.
- c) Não serão admitidos novos embargos de declaração se os dois anteriores houverem sido protelatórios. Ademais, os embargos não possuem efeito suspensivo.
- d) Cabe Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória que versar sobre inclusão de litisconsorte e rejeição do pedido de revogação da gratuidade de justiça, por exemplo.

97. De acordo com entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, é correto afirmar:

- a) A impetração de Mandado de Segurança coletivo por entidade de classe em favor de associados depende da autorização destes.
- b) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial.
- c) O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- d) O mandado de segurança substitui a ação popular.

98. Em matéria recursal, é correto afirmar que:

- a) Os embargos de declaração serão opostos, no prazo de cinco dias e mediante preparo.
- b) Conforme entendimento da jurisprudência, não é cabível a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que versa sobre mérito do processo, mas sim, Apelação.
- c) Verificada a insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, ocorrerá de imediato a deserção, não cabendo ao magistrado determinar a complementação do valor.
- d) Caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

99. No tocante aos procedimentos especiais de jurisdição voluntária:

- a) O juiz não é obrigado a verificar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.
- b) Processar-se-á como procedimento de jurisdição voluntária a homologação de autocomposição extrajudicial, desde que limitada a valor equivalente a vinte salários mínimos.
- c) A Fazenda Pública não poderá intervir nos procedimentos de jurisdição voluntária.
- d) O divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual da união estável, não havendo nascituro ou filhos incapazes, poderão ser realizados por escritura pública dependente de homologação judicial.

GABARITO: A

100. De acordo com as disposições do NCPC a respeito do conflito de competência, assinale a opção correta:

- a) Qualquer das partes e o Ministério Público poderão suscitar o conflito de competência, sendo vedado ao juiz, levantar tal assunto.
 - b) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, arguiu incompetência relativa.
 - c) Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, arguiu incompetência absoluta.
- O conflito de competência obsta que a parte que não o arguiu suscite a incompetência.

GABARITO: B

101. De acordo com a jurisprudência do STF, em âmbito processual civil:

- a) A obrigação de fazer sujeita-se ao regime de precatório.
- b) Não é cabível a fixação de honorários recursais, mesmo não havendo apresentação de contrarrazões ou contraminuta.
- c) Para ser beneficiada pela sentença favorável é necessário que a pessoa esteja filiada no momento da propositura e seja residente no âmbito da jurisdição do órgão julgador.
- d) Compete ao STF julgar execução individual de sentença coletiva, desde que tenha julgado a lide que originou o cumprimento de sentença.

GABARITO: C

102. Atinente ao processo de execução, no que tange à competência, aponte o item incorreto.

- a) A requerimento da parte, o juiz determinará a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplência.
- b) Quando o executado possuir mais de um domicílio, poderá ser demandado no foro de qualquer deles.
- c) Havendo mais de um devedor, com diferentes domicílios, a execução será proposta no foro de qualquer deles, à escolha do exequente.
- d) Não dispondo a lei de modo diverso, o juiz determinará os atos executivos, e o oficial de justiça os cumprirá.

GABARITO: A

103. A tutela X pode fundar-se em urgência ou evidência; a tutela Y será concedida independentemente de demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo; a tutela Z será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

X, Y e Z referem-se, respectivamente, às seguintes tutelas:

- a) Provisória, evidência e urgência.
- b) Provisória, urgência e evidência.
- c) Incidental, cautelar e urgência.
- d) Provisória, antecipada e evidência.

GABARITO: A

104. De acordo com o entendimento do STJ a respeito de assuntos afetos ao Direito Processual Civil, assinale a opção correta.

- a) Deve-se, ao calcular os honorários advocatícios sucumbenciais, incluir o valor das astreintes.
- b) O pedido de antecipação dos efeitos da tutela não é devido em sede de sustentação oral.
- c) A correção monetária dos depósitos judiciais deve incluir os expurgos inflacionários.
- d) MP não pode obter, em ACP, informações bancárias sobre os clientes da instituição bancária, posto que tais informações são protegidas pelo sigilo bancário.

GABARITO: C

105. Sobre a liquidação de sentença é correto afirmar:

- a) O credor não poderá promover, desde logo, o cumprimento de sentença, ainda quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético.
- b) A liquidação por arbitramento será feita quando houver necessidade de se alegar e provar fato novo.
- c) A liquidação poderá ser realizada na pendência de recurso, processando-se em autos apartados no juízo de origem, cabendo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinente.
- d) Em face da sentença que decide a liquidação cabe recurso de apelação.

GABARITO: C

106. Acerca do Mandado de Segurança, assinale a alternativa correta:

- a) É cabível o Mandado de Segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

- b) Não cabe Mandado de Segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- c) Na ação de Mandado de Segurança admite-se a condenação em honorários advocatícios.
- d) A impetração de Mandado de Segurança Coletivo por entidade de classe em favor de seus associados independe de autorização destes.

GABARITO: D

107. No que se refere ao Juizado Especial Civil, é correto afirmar:

- a) Compete à turma recursal processar e julgar o Mandado de Segurança contra ato de juizado especial.
- b) No âmbito dos juizados especiais não se admitirá qualquer forma de intervenção de terceiro, assistência, nem litisconsórcio.
- c) É vedado, no âmbito dos juizados especiais cíveis, o pedido contraposto, conforme entendimento da jurisprudência dominante.
- d) Admite-se a sentença condenatória por quantia ilíquida quando genérico o pedido.

GABARITO: A

108. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Nas ações rescisórias processadas e julgadas originariamente no STJ, mesmo após o advento do CPC/2015, continua existindo a figura do revisor, o que não acontece no âmbito dos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais.
- b) O dano processual é pressuposto para a aplicação da multa por litigância de má-fé prevista no art. 81 do CPC/2015

c) É entendimento recente do STJ a vedação da inclusão dos honorários periciais em conta de liquidação quando o dispositivo de sentença com trânsito em julgado condena o vencido, genericamente, ao pagamento de custas processuais.

d) O arquivamento provisório previsto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, dirigido aos débitos inscritos como dívida ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, se aplica às execuções fiscais movidas pelos conselhos de fiscalização profissional ou pelas autarquias federais.

GABARITO: A

109. Em matéria de prova, é correto afirmar:

- a) Os fatos ocorridos, sobre os quais se tenha estabelecido controvérsia, prescindem de prova.
- b) Na audiência de instrução, as perguntas serão formuladas pelas partes (por seus advogados) diretamente à testemunha, mas o juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.
- c) De acordo com jurisprudência recente, o revel, em processo civil, não pode produzir provas, ainda que compareça em tempo oportuno.
- d) O documento feito pelo oficial público incompetente ou sem observância das formalidades legais, é nulo, ainda que subscrito pelas partes.

GABARITO: B

110. Assinale a opção correta a respeito da jurisdição e de competência previstas no NCPC.

- a) Com a nova sistemática adotada pelo CPC, somente no momento o registro determina-se a competência, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.

- b) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens imóveis será proposta, em regra, no foro do domicílio do réu.
- c) Conforme o CPC, permite-se a exclusão de competência da justiça brasileira, quando esta for concorrente, em razão de cláusula contratual de eleição de foro exclusivo estrangeiro previsto em contrato internacional, desde que haja arguição pelo réu em constatação.
- d) A legislação processualista brasileira, não exige a figura da autoridade central para a recepção e transmissão dos pedidos nos casos de cooperação jurídica internacional.

GABARITO: C

111. Sobre os procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, assinale o item CORRETO:

- a) Aquele que afirmar ser titular do direito de exigir contas requererá a citação do réu para que as preste ou ofereça contestação no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) O autor não pode cumular ao pedido possessório o de indenização dos frutos. Caso pretenda este tipo de indenização, deve utilizar as vias ordinárias.
- c) Os embargos podem ser de terceiro proprietário, salvo fiduciário ou possuidor.
- d) Na ação monitória, não se admite citação por edital.

GABARITO: A

112. No que tange ao processo de execução, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que, intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exhibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus.

- b) Dentre os títulos executivos extrajudiciais, pode-se citar o crédito decorrente de foro e laudêmio.
- c) A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.
- d) Nos casos de execução por quantia certa contra devedor solvente, o integral pagamento no prazo de 5 (cinco) dias reduz o valor dos honorários pela metade.

GABARITO: D

113. Uma das mais importantes inovações do NCPC foi a previsão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, que tem a finalidade de assegurar um julgamento único da questão jurídica que seja objeto de demandas repetitivas, com eficácia vinculante sobre os processos em curso. Acerca das disposições do diploma processualista sobre o instituto, assinale a alternativa correta:

- a) A desistência ou o abandono do processo impede o exame de mérito do incidente.
- b) Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.
- c) Caberá o IRDR ainda que um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetida.
- d) Serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.

GABARITO: B

114. Sobre os Processos nos Tribunais, marque o item CORRETO:

- a) São pressupostos recursais extrínsecos a tempestividade, a legitimidade e o preparo.
- b) É cabível a instauração do incidente de assunção de competência quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito.

- c) Pode manejar ação rescisória o autor que obtiver, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável. Nestes casos, o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.
- d) A propositura da ação rescisória impede o cumprimento da decisão rescindenda.

GABARITO: C

115. Marque a alternativa CORRETA sobre negócio jurídico processual:

- a) Os negócios jurídicos processuais são uma inovação do CPC/2015.
- b) Os negócios jurídicos atípicos não podem ser celebrados antes do processo judicial.
- c) O Juiz deve respeitar o negócio processual celebrado entre as partes, desde que a convenção realizada limite-se àquilo que as partes podem dispor.
- d) O calendário processual não vincula o juiz, que pode modificá-lo sempre que entender imprescindível para a instrução processual.

GABARITO: C

116. Em relação ao tema provas, aponte o item CORRETO:

- a) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- b) A confissão extrajudicial, quando feita oralmente, só terá eficácia nos casos em que a lei não exija prova literal.
- c) A carta precatória e a carta rogatória não devolvidas no prazo ou concedidas sem efeito suspensivo poderão ser juntadas aos autos até o fim da audiência de instrução.

d) A confissão judicial faz prova contra o litisconsorte, salvo no caso de litisconsórcio assistencial.

GABARITO: B

117. Quanto ao tema sentença, é CORRETO dizer que:

- a) A decisão deve ser certa, salvo se resolver relação jurídica condicional.
- b) Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que, em qualquer caso, empregar conceitos jurídicos indeterminados.
- c) É anulável a sentença que, satisfeitos os requisitos, não se submeter ao reexame necessário.
- d) A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.

GABARITO: D

118. Em relação à liquidação e ao cumprimento de sentença, assinale o item CORRETO:

- a) Na liquidação pelo procedimento comum, é possível discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou, desde que imprescindível para encontrar o quantum debeatur.
- b) Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor, que poderá ser por arbitramento, por cálculos ou pelo procedimento comum.
- c) O cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento.
- d) Não são devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença provisório.

119. Sobre a tutela de urgência, é CORRETO afirmar que:

- a) Quando a tutela da evidência for baseada em manifesto propósito protelatório da parte, o Juiz poderá decidir liminarmente.
- b) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.
- c) A tutela antecipada requerida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso. Neste caso, o direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada, extingue-se após 2 (dois) anos, fazendo coisa julgada material.
- d) A tutela da evidência exige os requisitos do fumus boni juris e periculum in mora.

120. Segundo o entendimento dos Tribunais Superiores, marque a alternativa CORRETA:

- a) Na hipótese de duplicidade de intimações, prevalece a intimação realizada por diário de justiça sobre a intimação eletrônica.
- b) O valor da multa cominatória (astreintes) integra a base de cálculo da verba honorária.
- c) Não é permitida a imposição de multa diária (astreintes) a ente público para compeli-lo a fornecer medicamento a pessoa desprovida de recursos financeiros.
- d) Não é extinta a denunciação da lide apresentada intempestivamente pelo réu nas hipóteses em que o denunciado contesta apenas a pretensão de mérito da demanda principal.

➤ **Preencha quantas você acertou!**

91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
111	112	113	114	115	116	117	118	119	120

Igual ou superior a 25 – EXCELENTE, VOCÊ QUASE GABARITOU.

20 a 24 – MUITO BOM, VOCÊ FEZ UM ESCORE DE RAZOÁVEL.

15 A 19 – PARABÉNS, VOCÊ ESTÁ NO CAMINHO E JÁ POSSUI A BASE DE CONSTITUCIONAL.

Igual ou abaixo de 14 – VOCÊ ESTÁ MEDIANO NA MATÉRIA. VAMOS DEDICAR MAIS HORAS A CONSTITUCIONAL?

Ps. Você tem ideias de novos assuntos ou quer compartilhar materiais conosco?!

Envie e-mail para materiaiscejurnorte@gmail.com que teremos o prazer em analisar e, quem sabe, disponibilizar o seu material após revisão e complementação pela nossa equipe! Todos os direitos autorais e devidas citações serão respeitados! 😊

Gostou do material?

Então tira uma foto dos pdfs e marque o @cejurnorte! Nossos orientadores ficarão felizes e ainda mais motivados!